

# Sharon cumpre retirada com firmeza da ocupação

Primeira fase da retirada termina hoje. Se será total, mantém-se como incógnita.

**Pedro Salazar**

psalazar@economicasgps.com

A firmeza de Ariel Sharon em evacuar todos os colonos judeus da Faixa de Gaza sobrepôs-se, nos últimos dias, à teimosia destes em ficar no território palestino, ocupado há 38 anos por Israel. Até amanhã, e sob o olhar atento da comunidade internacional, prevê-se que fique completo o processo de desmantelamento dos 21 colonatos de Gaza, mais do que o inicialmente previsto. Ainda

falta a evacuação de outros quatro pequenos na Cisjordânia, mas a retirada, conforme já garantiu Condoleezza Rice, chefe da diplomacia americana, "torna Israel mais forte".

Apesar das lágrimas vertidas em ambos os lados, das invectivas, ovos podres e garrafas partidas atirados aos soldados envolvidos na aparatosa operação, Sharon, com a mesma obstinação que no final dos anos 70 incentivara a ocupação dos territórios, quando ocupava

a pasta da Agricultura, consegue agora sair de Gaza sem percalços de maior - cerca de 40 feridos. Na quinta-feira passada, dirigindo-se aos colonos mais resistentes à partida, que se encontravam refugiados nas sinagogas locais - até serem evacuado à força pelos militares -, afirmou: "não culpem os soldados, culpem-me a mim".

De facto, "utilizados como peões todos estes anos e agora abandonados em nome de uma causa maior", comentou Eugene

Robinson no Washington Post, "[os colonos] deveriam acusar Sharon mas também todos os políticos", 'falcões' e 'pombas', que "os deixaram ficar em Gaza para que um dia os pudessem utilizar como moeda de troca". Esta operação é "geopolítica e historicamente correcta", mas "os líderes políticos e religiosos" que levaram os colonos a acreditar num "castelo feito com areia de Gaza, deveriam sentir a maior pena e vergonha", concluía o cronista.



**Até amanhã,** e sob o olhar atento da comunidade internacional, prevê-se que fique completo o processo de desmantelamento dos 21 colonatos de Gaza.

**Kenneth Stein** Professor de História do Médio Oriente

## Segurança de Gaza ditará futuro

Kenneth Stein, historiador da Emory University em Atlanta, Geórgia, acredita que, apesar desta retirada, ainda é "cedo para falar em regresso ao processo de paz". Mas, com o apoio do Quarteto de mediadores e o empenho de Abbas em criar segurança em Gaza e conter a explosão populacional, será possível incluir este processo num plano mais abrangente.

**O que muda com a saída de Gaza? Significa um reforço da ocupação na Cisjordânia ou abre uma janela para a retirada total?**

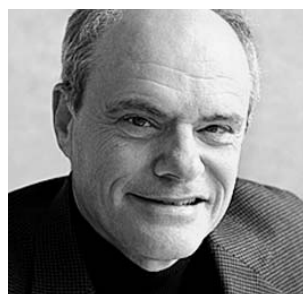
A chave para uma futura desocupação de Jerusalém Este ou da Cisjordânia vai depender de como as autoridades palestinianas gerirem Gaza. Uma transição fácil para um Governo palestiniano sem violência, ou uma moratória nos ataques palestinianos contra cidadãos e instituições israelitas, serão as formas mais persuasivas de convencer os israelitas que retiradas adicionais podem ser e feitas.

**Sharon perde terreno político com esta decisão de retirada?**

Sharon não é um ideólogo. É um militar treinado. Assim, tem sempre que reconfigurar planos baseando-se no terreno e no potencial humano de que dispõe. Em 1982, enquanto ministro da Defesa, após evacuar Yamit, um colonato judeu em Sinai, essa retirada fazia parte de um compromisso assumido no tratado de paz com o Egipto. A seguir, Sharon disse que nunca haveria um Estado palestiniano. Em 1997, quando visitou a Casa Branca, disse que um Estado palestiniano era possível. Em Dezembro de 2003, voltou a reiterar que o Estado palestiniano era possível. Sharon forçou agora a retirada, não pelos palestinianos, mas, como líder de Israel, para proteger os interesses estratégicos, económicos e demográficos do seu país.

**Conseguirá Abbas controlar o território e o Hamas?**

A couraça de Abbas está a transbordar. Ele está a ser desafiado por muitos na Fatah,



**Kenneth Stein.**

o seu partido, mas também pelos membros resolutos do Hamas, que acham que Abbas se está a acomodar aos israelitas. A população de Gaza resiste a um desemprego acima dos 50%, pobreza paralisante e uma explosão demográfica que faz dos cerca de 360 km<sup>2</sup> o território com maior densidade populacional do mundo. A comunidade internacional está empenhada em apoiar financeiramente, mas os seus desígnios são formidáveis. Abbas conseguirá controlar Gaza se criar segurança no território.

**Qual é a credibilidade de um regresso ao 'Roteiro da Paz'? É possível neste se-**

**gundo mandato de Bush?**

Quando Israel decidiu a retirada de Gaza em 2004, fê-lo unilateralmente; nos últimos nove meses, registou-se uma calma mas decidida colaboração entre os dois lados. A UE e a Administração Bush têm instigado essa cooperação, sugerindo que, no futuro, a retirada de Gaza pode ser incluída num acordo mais abrangente entre palestinianos e israelitas. Mas é, para já, muito cedo e muito optimista chamar-lhe parte do processo de paz, muito cedo mesmo.

**E o muro na Cisjordânia: pode ser desmantelado?**

O muro/vedação/barreira de segurança de Israel não será desmantelado enquanto existir uma abundância de armas a circular livremente na Cisjordânia. Tem-se revelado um sucesso na limitação dos ataques contra israelitas. É claro que a barreira pode ser recolocada para reflectir realidades políticas que hoje não se encontram presentes. **P.S.**

## LEIturas da República

**FACTURA ELECTRÓNICA.** Até 31 de Dezembro de 2006, os serviços e organismos públicos integrados na administração directa e indirecta do Estado devem implementar os mecanismos necessários que permitam o processamento electrónico das facturas ou documentos equivalentes. Nos termos da Resolução 137/2005, de 17 de Agosto, o Conselho de Ministros considera que a utilização das tecnologias de informação contribui de forma decisiva para o desenvolvimento do comércio electrónico, o que entende fundamental para assegurar a competitividade da economia nacional.

**GESTÃO POR OBJECTIVOS.** Pelo Despacho Normativo 42/2005, de 18 de Agosto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros considera que o primeiro passo para a modernização das estruturas deve consistir na adopção plena do princípio da gestão por objectivos. Por isso, determina que todas as unidades orgânicas do seu Ministério devem orientar-se por essa regra, sendo que o principal dirigente responsável por cada uma das unidades orgânicas deverá propor até 31 de Outubro, de cada ano civil, a definição dos objectivos a atingir no ano seguinte. As propostas estão sujeitas a homologação do Ministro.

**FORA DAS FARMÁCIAS.** A venda de medicamentos fora das farmácias só poderá ser feita por farmacêutico ou por técnico de farmácia ou sob sua supervisão. Estes medicamentos passam a ter um regime de preços livre. Os locais destinados à venda dos mesmos devem fazer registo prévio no INFARMED e ficam sujeitos à fiscalização deste serviço. O Decreto-Lei 134/2005 de 16 de Agosto, estabelece o regime de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias. A venda de medicamentos em locais não registados está sujeita a uma contra-ordenação punível com coima até 44 000 euros.

**REFORMA PENAL.** Com vista a dar início ao processo de modificações no âmbito do sistema de justiça penal, o Governo resolveu constituir uma estrutura de missão para a reforma penal. A Resolução 138/2005, de 17 de Agosto, determina que a estrutura de missão tem como objectivo a concepção, o apoio e a coordenação do desenvolvimento dos projectos de reforma da legislação penal. E define que é composta por um coordenador e um conselho, este integrado por um representante dos seguintes organismos: Policia Judiciária; Centro de Estudos Judiciários; Direcção-Geral dos Serviços Prisionais; Instituto de Reinserção Social; Instituto Nacional de Medicina Legal; Gabinete de Política Legislativa e Planeamento; Gabinete para as Relações Internacionais Europeias e de Cooperação.

**RECOMENDAÇÃO.** O programa de iniciativa comunitária INTERREG Açores-Madeira-Canárias, criado pela União Europeia para vigorar entre 200 e 2006, tem constituído um instrumento para a criação de um espaço de cooperação entre as chamadas regiões utraperiféricas portuguesas e espanholas. O Programa tem permitido o lançamento de acções de cooperação nos domínios económico, sociedade da informação, investigação e desenvolvimento, comunicações e gestão de recursos naturais. Pela Resolução 17/2005, de 17 de Agosto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira recomenda ao Governo da República que defenda junto da União Europeia a renovação do Programa INTERREG e apela à Comissão Europeia que cumpra o estatuído no Tratado Europeu sobre o tratamento específico devido às regiões utraperiféricas.

Rita Marques Guedes é advogada e assina esta coluna semanalmente à segunda-feira.